

Insegurança, Flexibilidade e Intensificação na Vida de Professores: o caso da rede estadual do Paraná

Andréa Barbosa Gouveia¹Daniel Hess¹¹Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

Resumo

O artigo aborda os desafios contemporâneos para condições de trabalho e remuneração dos professores, tendo como foco o caso da rede estadual do Paraná. Para a análise, tomam-se as categorias: *insegurança*, conceito entendido a partir de Hess (2025) e Supiot (2016) como situação de fragilidade contratual que atinge o trabalhador em seu aspecto pedagógico, financeiro e social, corroendo a perspectiva de segurança no e pelo trabalho; *flexibilidade de vínculos*, considerando contratos temporários decorrentes de processos seletivos simplificados, e contratação via CLT decorrentes de processos de privatização da gestão na rede estadual, especialmente considerando o programa *Parceiros da Escola* (Fonseca et al., 2023); *perdas de condições de remuneração* decorrentes das mudanças no plano de carreira e descumprimento da lei do PSPN; *intensificação do trabalho*, identificado na aceleração do processo de plataformização e de estratégias de controle do trabalho. Para tal análise exploram-se dados do Portal da Transparência, Legislação Estadual e entrevista com dirigentes sindicais, buscando compreender a desconstrução da unidade da organização da rede estadual e seus efeitos na profissão docente.

Palavras-chave: **Remuneração Docente. Insegurança. Flexibilidade de Vínculos. Intensificação do Trabalho.**

Insecurity, Flexibility, and Intensification in Teachers' Lives: the case of the Paraná state school system

Abstract

The article addresses contemporary challenges to teachers' working conditions and remuneration, focusing on the case of the state education system in Paraná. For the analysis, the following categories are considered: *insecurity*, understood based on Hess (2025) and Supiot (2016) as a situation of contractual fragility that affects workers in their pedagogical, financial, and social aspects, eroding the prospect of security in and through work; *flexibility of employment relationships*, considering temporary contracts resulting from simplified selection processes, as well as hiring under the Consolidated Labor Laws (CLT) due to privatization processes in the state system, particularly the *Parceiros da Escola* program (Fonseca et al., 2023); losses in remuneration conditions stemming from changes in the career plan and non-compliance with the PSPN law; and work *intensification*, identified in the acceleration of platformization processes and strategies for work control. To conduct this analysis, data from the Transparency Portal, state legislation, and interviews with union leaders are explored, aiming to understand the deconstruction of the unity in the organization of the state system and its effects on the teaching profession.

Keywords: **Teacher Remuneration. Insecurity. Flexibility of Employment Ties. Work Intensification.**

Inseguridad, Flexibilidad y Intensificación en la Vida de los Profesores: el caso de la red estatal de Paraná

Resumen

El artículo aborda los desafíos contemporáneos para las condiciones laborales y la remuneración de los docentes, con énfasis en el caso de la red estatal de Paraná. Para el análisis, se consideran las siguientes categorías: *inseguridad*, entendida a partir de Hess (2025) y Supiot (2016) como una situación de fragilidad contractual que afecta al trabajador en sus aspectos pedagógico, financiero y social, erosionando la perspectiva de seguridad en y por el trabajo; *flexibilidad de vínculos*, considerando contratos temporales derivados de procesos selectivos simplificados, y contratación bajo la CLT (Consolidación de las Leyes Laborales) como resultado de procesos de privatización en la gestión de la red estatal, especialmente en el programa *Parceiros da Escola* (Fonseca et al., 2023); pérdidas en las condiciones de remuneración derivadas de cambios en el plan de carrera y del incumplimiento de la ley del PSPN; e *intensificación* del trabajo, identificada en la aceleración del proceso de plataformización y en estrategias de control laboral. Para este análisis, se exploran datos del Portal de Transparencia, la legislación estatal y entrevistas con dirigentes sindicales, buscando comprender la desconstrucción de la unidad en la organización de la red estatal y sus efectos en la profesión docente.

Palabras clave: **Remuneración Docente. Inseguridad. Flexibilidad de Vínculos. Intensificación del Trabajo.**

Introdução

Os professores da rede estadual do Paraná enfrentam um momento complexo de desconstrução contínua de suas condições de trabalho, renda e reconhecimento profissional. Infelizmente, esse processo não constitui um caso isolado. No contexto federativo brasileiro, a compreensão das nuances da materialização da política educacional revela-se fundamental para a análise de seus impasses e perspectivas.

Ainda que a rede estadual tenha um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), aprovado em 2004, período que pode ser considerado como um interregno do neoliberalismo no estado, este plano vêm sofrendo constantes alterações em suas condições de execução e tem sido redesenhado do ponto de vista legal por reformas pontuais, mas que corroem a estrutura de seu desenho. Aliado às modificações no PCCR a rede estadual, neste período recente, realizou apenas três concursos públicos, o que gerou um aumento significativo no número de professores com contratos temporários.

Diante dessa realidade no estado, os estudos indicam que cresce entre os professores a insegurança em sua atividade, tanto no aspecto pedagógico, quanto no aspecto remuneratório, quanto social (Hess, 2025). A plataformização, incorporada durante a pandemia Covid-19, tomou proporções avassaladoras nos últimos anos intensificando e burocratizando o trabalho docente.

Mais contemporaneamente soma-se a este processo o aprofundamento da privatização da gestão das escolas estaduais por meio de editais de chamamento público para que o Estado repasse a responsabilidade de gestão da escola para empresas privadas, incluindo

nestes contratos de gestão, contratação de profissionais para suprir as necessidades da unidade.

Ante a realidade paranaense, o docente se encontra em uma situação complexa submetido a diferentes tipos de vínculo; com possibilidade de diferentes empregadores dentro das escolas públicas; além de enfrentar uma redefinição da natureza do trabalho pedagógico. Estes elementos desafiam o sentido da realização do princípio constitucional da valorização do magistério a partir de muitos elementos, neste artigo propõe-se discutir o caso paranaense a partir dos conceitos de insegurança, flexibilidade e intensificação compreendidos como dimensões de uma sociabilidade neoliberal.

Para explorar este quadro, o artigo encontra-se dividido em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais, a primeira seção voltada aos procedimentos metodológicos, a segunda sessão apresenta o marco teórico para a reflexão sobre o caso paranaense, compreendido como exemplar de um movimento mais amplo de desafios para a profissão docente. A terceira parte analisa os diferentes vínculos contratuais existentes na Rede Pública Estadual de Ensino decorrentes dos processos de contrato temporários nas escolas públicas de gestão direta e os novos formatos de contrato decorrentes dos processos de privatização em curso, problematizando ainda a transparência/intransparência dos dados de pessoal a partir do portal da transparência do estado. A quarta aborda como as transformações na carreira e nos vínculos contratuais, impactam nas condições de trabalho docente, gerando um sentimento de insegurança nos docentes. Hess (2025) evidencia que a insegurança está entrelaçada com os aspectos pedagógicos, remuneratórios e sociais, dos docentes, dialogando com professores da rede com diferentes vínculos e tempo de carreira, o autor observou que este sentimento é constante, dificultando o desempenho profissional dos docentes.

A última parte do texto tem foco no período que se inicia após a pandemia de Covid-19, que deixou inúmeras alterações no modo de trabalho docente. Reflexo do período da pandemia, a gamificação a partir de plataformas educacionais, e a plataformização do desempenho a partir da concentração dos dados estatísticos no sistema Power BI, trouxe junto um processo burocratizador da educação, bem como uma vigilância constante, resultando na responsabilização docente pelo desempenho dos alunos em atividades controladas pelo estado. Este processo relaciona-se com a ideia de meritocracia, com a composição da remuneração a partir de bônus, e gratificações. No caso paranaense isto se materializa em uma Gratificação Tecnológica de Ensino (GTE) e em uma bonificação de desempenho do IDEB.

Percurso metodológico da pesquisa

Este artigo apresenta estudo de caso da rede estadual de ensino do Paraná constituído por análise documental, dados administrativos disponíveis em sítios oficiais e entrevistas. Para a análise documental, baseando-se em Cellard (2008), busca-se compreender como os dispositivos legais conformam as condições de trabalho docente na rede estadual. Os documentos analisados neste artigo estão diretamente relacionados a contratação e organização do trabalho docente, sendo fontes: a Lei Estadual Nº 103/2004 que versa sobre o PCCR; a Lei Estadual Nº 108/2005 que regulamenta a contratação temporária no estado e o Edital N.º 73/2024 – GS/SEED vigente para o processo de seleção simplificada; Lei Estadual

Nº 22.006/2024, que estabelece o programa de gestão privada das escolas do Paraná denominado “Parceiros da Escola”.

Além desses documentos, para análise do regime de trabalho e remuneração docente, buscaram-se dados administrativos disponíveis no site da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, no Portal da Transparência do Estado, bem como no laboratório de dados da Universidade Federal do Paraná UFPR. Os dados relativos à remuneração foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Por fim, utilizaram-se também entrevistas realizadas no contexto da pesquisa *Políticas para carreira e remuneração docente: Um diálogo entre Brasil e Chile frente às marchas e contramarchas do neoliberalismo*, na qual foram entrevistados dois dirigentes sindicais do Paraná, um da direção estadual e um dirigente local da região de Curitiba. As entrevistas foram anonimizadas, pois interessa no estudo a posição da entidade sindical e não das pessoas.

A partir desse processo metodológico consegue-se ter uma dimensão dos impactos das transformações legislativas nas condições de trabalho docente na rede estadual de ensino do Paraná.

Sociabilidade neoliberal e trabalho docente: conceitos para o debate

O recrudescimento do neoliberalismo no século XXI acentua os efeitos de opções econômicas, políticas e sociais que se sustentam em formas individualistas e privadas de organização da vida, em contraposição às formas cooperativas e às garantias de proteção social. Este processo tem sido denominado na literatura especializada como racionalidade neoliberal, expressão que busca enfatizar que se trata de efeitos que atravessam diferentes esferas da vida cotidiana, e não apenas, a organização econômica da vida em sociedade. Wendy Brown (2021, p. 96), nesta chave, sintetiza o processo destacando que:

Diferentemente da ideologia - uma distorção ou mistificação da realidade - a racionalidade neoliberal é produtiva, formadora do mundo: ela economiza todas as esferas e os esforços humanos, e substitui um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados, e com estados orientados pelas necessidades do mercado.

Este processo, no caso brasileiro, já havia sido caracterizado por Francisco de Oliveira em debate emblemático sobre uma certa promiscuidade entre o que é público e privado que vai borrando a experiência subjetiva da vida em sociedade, fazendo com que, mesmo políticas públicas sejam percebidas como conquistas individuais, nas palavras do autor, “as pessoas funcionam como persona, não apenas em razão de um trânsito que embaralha papéis, mas porque a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada” (Oliveira, 1999, p. 69).

Essa forma de sociabilidade pode ser uma chave importante no debate sobre as políticas educacionais em curso no caso paranaense e, mais especificamente, sobre o trabalho docente. Observa-se que a reorganização da oferta escolar a partir da ideia de escolhas — no caso do Paraná, estas se dão entre escolas militarizadas (Silva, 2023), escolas com gestão privatizada (Fonseca et al., 2023) ou escolas públicas comuns — opera no imaginário como um mercado no qual as pessoas acessam o que é mais conveniente às suas necessidades. No entanto, essa lógica desconstrói a ideia de igualdade, segurança e

equidade de experiências, enfraquecendo a escola pública como projeto coletivo, universal e igualitário, e submetendo a política educacional a interesses individuais.

Francisco de Oliveira novamente ajuda a caracterizar esse movimento:

O movimento neoliberal, entendido no sentido lato, talvez não esteja enganando quando prega a volta do indivíduo ao reino do privado e ao consequente desmantelamento da institucionalidade contemporânea que se forjou não sob o signo do coletivo, pelo menos sob o signo da segurança, ao invés do signo do contrato mercantil (Oliveira, 1999, p. 56).

Este processo tem consequências na forma como as relações de trabalho vão se reconfigurando e atingem, por certo, a forma como a profissão docente se realiza num contexto relacional, em que as experiências são transpassadas por ambiguidades, tensões e dilemas de cada contexto histórico (Tardif; Lessard, 2014). Nessa direção, os elementos que marcam socialmente a racionalidade neoliberal tem sido amplamente identificada na literatura sobre o trabalho docente.

Oliveira (2019), ao analisar as políticas educacionais no contexto da Nova Gestão Pública — em especial as políticas de responsabilização docente decorrentes dos sistemas de avaliação em larga escala no Brasil —, destaca que políticas de bonificação e incentivos tem se incorporado de maneira insistente nas carreiras docentes, aprofundando o sentido de competição interna nas redes de ensino. Na mesma direção, Becchi, Fávero e Almeida (2023) discutem que a pressão por resultados implica a carreira docente em concorrência exacerbada, o que contribui para uma experiência individualizada do trabalho, conectada à perspectiva da performance. Competição e performance criam um contexto propício à intensificação do trabalho que, com a incorporação de novas formas de controle — especialmente a partir do fenômeno da plataformização —, tem tensionado a autonomia do profissional docente (Gonçalves da Silva; Carolei, 2024).

Ao mesmo tempo, o conjunto dos sistemas de ensino no Brasil ampliou a flexibilização das formas de contrato dos professores, com a multiplicação dos vínculos de professores temporários (Santos, 2022). Infelizmente, esse não é um tema novo no contexto brasileiro (Seki et al., 2027); no entanto, a naturalização desse processo tem contribuído para o rebaixamento da remuneração dos professores (Silva, 2025) e para a deterioração das condições de trabalho — aspecto identificado não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, conforme estudo de Elacqua, Motta e Morales (2025). Tais contratações reforçam, ainda, práticas clientelistas históricas nas redes de ensino (Feldman; Alves, 2020). Esse fenômeno pode ser compreendido também no âmbito da segmentação da profissão (Oliveira, 2021) e articula-se aos processos de privatização da gestão das redes, materializados na contratação de professores por meio de contratos de gestão.

Estes elementos contribuem para uma construção subjetiva da experiência do trabalho marcado por insegurança constante, conceito entendido por Hess (2025) como situação de fragilidade contratual que atinge o trabalhador em seu aspecto pedagógico, financeiro e social. Considerando esses elementos já conhecidos na literatura, as próximas seções têm como foco especificamente o caso paranaense, como um caso singular que possibilita ampliar a compreensão sobre a racionalidade neoliberal na gestão das políticas de pessoal docente nas redes públicas brasileiras.

A Flexibilização dos vínculos no estado do Paraná e a transparência pública

Para compreender o trabalho docente no contexto da rede estadual de ensino do Paraná, cabe considerar primeiro a dimensão da flexibilização dos vínculos. No sentido dado por Oliveira (1999), sobre a experiência subjetiva neoliberal a ideia de que as pessoas se tornaram personas, sua relação com o contexto não é coletiva, não está sob o paradigma de um estatuto coletivo de servidor público, com características de universalidade de proteção ao trabalho, mas é marcado por variadas formas de ingresso e vínculo. Observe-se que, na última década, os professores efetivos diminuíram consistentemente na rede estadual paranaense e outras formas de vínculos crescem e se complexificam. A Tabela 1 sintetiza este movimento:

Tabela 1 – Professores por tipo de vínculo na rede estadual do Paraná, 2014-2024

Tipo de vínculo	2014	2024	Crescimento %
Efetivo	30.524 (57%)	21.822 (46%)	-29%
Temporário	22.489 (42%)	24.990 (52%)	11%
CLT	266 (0,5%)	349 (0,7)	31%
Contrato terceirizado	102 (0,5%)	177 (0,3%)	73%

Fonte: INEP (2014, 2024).

Apesar de os contratos temporários terem crescido apenas 11% na década, estes passam a responder por 52% dos vínculos na rede de ensino estadual e cresceram os contratos CLT e terceirizados, ainda que estes com participação pequena no sistema. Esses dados apresentam o problema de forma geral, porém cabe destacar aqui que os dados do Censo Escolar não dão visibilidade para a composição interna cada vez mais segmentada e flexível dos contratos temporários na rede estadual de ensino.

A contratação de professores temporários no Paraná está regida sob as regras da Lei Complementar 108/2005, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado (PSS). Por conta desse regramento as pessoas sob o regime temporário no Paraná são reconhecidas como professores PSS, no portal da transparência estadual estes professores aparecem com a denominação Docente por Prazo. A partir dessa norma o professor passou a ter uma relação de vínculo com o estado mediado pelos editais de processo seletivo, portanto, com direitos e deveres previstos em lei tais como direitos previdenciários, fim da quarentena entre contratos, reconhecimento da titulação de licenciado durante o contrato, mudanças significativas presentes na nova legislação (Hess, 2025). Ao longo da década os processos seletivos simplificados foram sendo modificados com ampliação das exigências para os docentes, especialmente a introdução de provas práticas ampliam a pressão sobre os participantes, porém em termos de garantias não houve diferenças.

Além desse contexto, o estado do Paraná vem acentuando o processo de privatização da educação, em especial por meio da transferência da gestão escolar de 82 escolas da rede para o setor privado. O projeto de Lei Estadual Nº 22.006 de 4 de junho de 2024 apresentou um lote de 200 escolas para consulta pública, sob uma perspectiva de que a participação das comunidades na decisão estava garantida. O Processo foi controverso, e finalmente, após

intensa mobilização da categoria, envolvendo paralisação, greve e ocupação da Assembleia Legislativa, consolidou-se a transferência de 82 escolas para a gestão de três grupos privados: Salta, Apogeu e Positivo.

De acordo com o Edital de chamamento público nº 17/2024, é de responsabilidade da contratada zelar e realizar, a manutenção do objeto de contrato, atender os prazos e demandas de evolução de presença dos estudantes, fluxo e desempenho escolar, a manutenção dos servidores lotados na unidade, bem como a contratação de profissionais para suprir as necessidades da unidade. Ainda de acordo com o mesmo edital, o valor a ser pago às empresas é variável, sendo aplicado a média do custo aluno na rede, acrescentado do valor por atingir as metas propostas. Em termos de contratação, a divulgação realizada pela SEED sobre as condições dos profissionais na educação no contexto do programa indica: *“Nas Escolas Parceiras, os professores e funcionários efetivos continuam em suas atribuições, enquanto as demais vagas são preenchidas pelas empresas parceiras, em regime CLT e com salários equivalentes aos ofertados pelo estado”* (Paraná, 2025). Observe que isso significa que os dados da Tabela 1, relativos aos tipos de contratos de docentes, haverá professores CLT contratados diretamente pelo estado e outros contratados pelas empresas que assumiram o contrato de gestão.

Esse processo leva a um conjunto de intransparências no que se refere à publicidade de dados sobre profissionais da educação. O governo do Paraná tem diferentes formas de publicar dados sobre a rede estadual de ensino: o Portal da Transparência que, nos termos da legislação nacional, informa a relação de servidores por local de trabalho e remuneração mensal dos servidores públicos; o portal Consulta Escola onde historicamente são disponibilizadas informações sobre matrícula, pessoal, recursos, infraestrutura de cada uma das escolas paranaenses; e, ainda, o portal específico da SEED, onde é possível identificar as listas de escola atualmente no programa parceiros da escola, ainda que não seja possível identificar a que grupo de contrato cada escola pertence.

Essas diferentes estratégias de publicidade de dados do setor público, entretanto não possibilita que, a partir de uma consulta, direta ou mesmo cruzada, seja possível compreender que professores estão vinculados à quais tipos de regimes de trabalho, e, portanto, também não é possível identificar como esses subgrupos de profissionais compõem a folha de pagamento da rede estadual de ensino. A título de exemplo, fizemos um exercício de consultar os dados de uma escola pertencente ao programa Parceiros da Escola e uma escola pública comum para identificar os professores por tipo de vínculos na unidade, como o foco aqui se refere à transparência dos dados de pessoal, optou-se por não identificar as escolas. Para o total de docentes na escola, utilizamos os dados do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR como referência.

Tabela 2 – Transparência de dados sobre vínculos de professores no Estado do Paraná - exemplo

Escolas	Número total de docentes*	Professores Efetivos	Professores temporários
A (com contrato de gestão)	38	15	2
B (escola pública comum)	68	60	33

Fontes: Paraná (2025); *Laboratório de dados educacionais UFPR (2025).

Cabe destacar que nenhum dos formatos de consulta aos sistemas das SEED/PR leva ao número de professores em cada escola e o cruzamento dos dados não confirma o número de professores divulgado pelo Censo Escolar, na escola A faltam docentes e na escola B há

mais docentes. O sistema consulta escola tem um conjunto de informações sobre a demanda de carga horária por disciplina em cada escola, e, a partir dessa consulta, é possível chegar aos nomes dos professores e jornadas, uma hipótese para a divergência de números é que no Censo trata-se de pessoas e nos dados divulgados no Paraná são contratos (portanto um professor pode ter mais de um contrato).

Esse conjunto de elementos permite problematizar, por um lado, a fragilização das condições de trabalho dos professores no processo de flexibilização dos tipos de vínculo, ainda que atuando em escolas que são públicas em termos de acesso; os profissionais passam a ter sua vida funcional mediada por uma complexa rede de contratos. Por outro lado, o tema permite problematizar a transparência pública dessas informações; nos termos de Quirino (2024), ainda que as informações sobre os profissionais da educação estejam presentes, estas aparecem cada vez com menos inteligibilidade.

Com esses elementos, cabe ampliar o debate à luz das categorias insegurança e intensificação do trabalho docente na rede estadual do Paraná.

Insegurança em suas dimensões pedagógicas, remuneratórias e sociais

Diante do exposto percebe-se que as mudanças na dinâmica do trabalho docente, bem como na sua forma de contratação vem gerando diferentes formas de insegurança nos trabalhadores. Hess (2025), a partir de entrevistas com docentes da rede estadual de ensino paranaense, constatou que essa insegurança atinge não só as condições contratuais, mas também em outras dimensões, como a pedagógica, a social, e de remuneração docente.

Partindo da questão contratual, o estado do Paraná vem nas últimas décadas aumentando significativamente os contratos temporários conforme já evidenciado, além de recentemente através do programa *Parceiros da Escola* terceirizar a contratação de docentes. Sendo assim, no estado temos professores concursados que se enquadram na proteção definida na Lei 103/2004, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério, professores temporários que passam pelo processo seletivo anualmente e tem apenas as garantias dos contratos administrativos firmados, e os professores contratados via “Parceiros da Escola” em regime de CLT.

Os professores efetivos possuem sua estabilidade de acordo com as regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos efetivos e reafirmados na Lei do PCCR, no entanto os professores temporários (PSS) e os terceirizados não. No caso dos professores PSS, sua insegurança contratual está presente desde a necessidade de realizar o processo seletivo a cada dois anos; passando pela disponibilidade de vaga e o risco de perdê-la no decorrer do contrato, por exemplo devido ao retorno de professores efetivos ou ainda decorrente de eventual fechamento de turmas (Cordeiro, 2024). No caso dos professores contratados pelas “parceiras” sua instabilidade se configura a partir da sua relação contratual com a empresa, e necessidade do cumprimento de metas, como o desempenho dos estudantes nas provas de larga escala.

Hess (2025) analisa que a complexificação do processo seletivo dos temporários no decorrer dos anos contribuiu para esse sentimento de insegurança, uma vez que a cada dois anos o docente é obrigado a realizar um exame. Atualmente, de acordo com o Edital N.º 73/2024 – GS/SEED, tal procedimento constitui-se de prova objetiva eliminatória, prova prática classificatória e prova de títulos também de caráter classificatório. Tal dinâmica

mantém o docente em estado de alerta, buscando muitas vezes investir em cursinhos preparatórios para o processo seletivo.

Em relação à insegurança pedagógica, observa-se que o peso sobre os docentes é o mesmo. A pressão pela busca de resultado nas avaliações em larga escala, o acesso às plataformas, bem como o monitoramento cotidiano das práticas docentes, mantém um constante sentimento de insegurança. Para os professores efetivos, os acessos às plataformas utilizam-se como parâmetros para a concepção do avanço profissional na carreira, já para os temporários e funcionários dos “parceiros” pode justificar demissão. Nesse sentido, considera-se que o trabalho docente no estado passa a ser controlado a partir de um fator novo, a plataformização, que permite maior controle sobre a atividade docente.

Outro ponto a ser destacado é que professores temporários acabam tendo dificuldade na implementação de projetos, devido à alta rotatividade. Como o professor não tem controle sobre qual unidade irá trabalhar, ele não consegue pôr em prática projetos de médio e longo prazo, sendo mais suscetível à aplicação das plataformas e suas atividades pré-elaboradas.

Aliado a essa rotatividade, entramos em outro aspecto da insegurança, a questão social, professores com os contratos vulneráveis não conseguem obter vínculo com a comunidade escolar, gerando muitas vezes conflitos, no interior da escola, entre docentes concursados e temporários. Além de que, esses professores acabam tendo que desempenhar outras funções fora do ambiente escolar a fim de complementar renda.

Esses elementos contrapõem-se a uma ideia importante no contexto do direito do trabalho: a noção de segurança no trabalho e segurança pelo trabalho (Supiot, 2016). Esses são aspectos constitutivos de uma relação que não apenas proteja o trabalhador de danos físicos ou psicológicos, mas lhe dê perenidade na reprodução das condições de vida. Isto nos leva ao último ponto, a insegurança que gira entorno da remuneração, impactando de diferentes formas cada docente, de acordo com o tipo de contrato a que cada um está submetido na rede estadual.

Os professores concursados enfrentam um problema de defasagem salarial que se acumula há anos, gerando — de acordo com o sindicato que representa a categoria, a APP-Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná — déficits crescentes. Além disso, com a reforma da carreira ocorrida em 2021, por meio da Lei Estadual nº 242, evidencia-se um achatamento no desenvolvimento profissional ao longo dos anos. Esse achatamento decorre da redução dos percentuais de progressão: no caso da progressão horizontal, denominada classes, por avaliação de desempenho, o percentual decresceu de 5% para 1%; já na progressão vertical, entre níveis, houve redução de 15% para 5%. Outro aspecto relevante diz respeito às mudanças nos requisitos de ascensão funcional: a passagem do Nível I (Graduação) para o Nível II (Especialização) passou a ser condicionada à disponibilidade orçamentária, assim como a transição do Nível II para o Nível III (PDE — Programa de Desenvolvimento Educacional), último nível da carreira. Tais medidas criam barreiras ao desenvolvimento profissional dos docentes, inserindo-se em uma política de austeridade permanente aplicada à folha de pagamento. Dessa forma, na última década, os professores efetivos da rede estadual do Paraná acumulam perdas visíveis em seu poder de compra.

A Tabela 3 apresenta uma síntese dos efeitos das mudanças na década 2014-2024, a partir dos valores iniciais e finais em cada nível e classe da tabela de vencimentos. Observe-

se que a tabela da rede estadual conta ainda com 3 níveis que denominados especiais, estes se referem a cargos extintos, para os quais não há mais entrada por concurso público. É importante observar o inicial especialmente o nível médio -modalidade normal, pois é a baliza do ponto inicial da carreira em que deve ser inicialmente aplicado o dispositivo do Piso Salarial Profissional Nacional.

Tabela 3 – Vencimento inicial de final da carreira de professores efetivos, rede estadual do Paraná. 2014-2024 (valores reais INPC 11/2025)

Ano	2014			2024		
Níveis	classe 1	classe 11	Acumulado por nível	classe 1	classe 11	Acumulado por nível
PDE	5.189	7.861	52	3.752	5.924	58
Nível II (especialização)	2.820	4.594	63	2.480	3.573	44
Nível I (licenciatura Plena)	2.256	3.675	63	2.303	2.858	24
Nível especial III (Licenciatura Curta+ adicional)	1.918	3.124	63	1.957	2.630	34
Nível especial II (licenciatura curta)	1.692	2.757	63	1.727	2.321	34
Nível especial I (magistério)	1.616	2.573	59	1.612	2.166	34

Fonte: Tabelas de vencimento Paraná (2014, 2024).

A primeira questão a destacar nos vencimentos de 2014 e 2024 se refere ao nível especial I. O descumprimento do valor do PSPN em 2024, mesmo se considerarmos proporcionalmente 20 horas semanais, demarca um processo de insegurança de remuneração frente às normas nacionais. Observe-se que em 2014 o valor do PSPN foi de R\$ 3.096 e em 2024 foi de R\$ 4.605 (valores atualizados pelo INPC¹), considerando a proporcionalidade de 20 horas, a rede estadual pagava um valor ligeiramente maior que o piso no vencimento inicial da carreira; entretanto, em 2024 este cenário muda, o inicial da carreira representa 46% do valor do PSPN. Isto resulta em que o inicial da carreira na parte especial foi exatamente na contramão da perspectiva de valorização contida na lei do Piso.

Em relação aos níveis da carreira docente de professores efetivos, os valores iniciais e finais dentro de cada nível evidenciam o achatamento salarial. Os dados de um profissional com licenciatura (Nível 1) ilustram essa tendência: em 2014, o vencimento da classe 11 era 63% maior que o da classe 1, diferença que caiu para 24% em 2024. No nível de especialização (Nível 2), observa-se o mesmo movimento — a diferença acumulada, que também era de 63% em 2014, reduziu-se para 44%. Por outro lado, o nível PDE (Nível 3) registrou uma ampliação nos ganhos relativos, passando de uma diferença de 52% em 2014, para 58% em 2024. Cabe destacar que esse último nível apresenta as maiores barreiras de acesso, uma vez que exige um processo seletivo interno para formação continuada específica, cuja oferta de vagas depende de decisão do governo estadual.

No balanço final os professores efetivos da rede estadual do Paraná em 2014 tinham a expectativa de uma carreira que permitia um ganho - entre o vencimento inicial e final - de 348% e esta promessa recuou para 257%. Isto se os professores conseguirem passar pelas barreiras da estrutura de vagas para os processos de promoção internos. Este é um problema

¹ O valor nominal do PSPN foi de 1697 reais em 2014 e de 4420 reais em 2024.

estrutural de falta de valorização na estrutura da carreira, deixando os professores estagnados, enquanto outras profissões de mesmo tipo de formação têm ganhos atrativos ao longo do desenvolvimento profissional (Goldstein, 2015)

Já para os professores PSS, a insegurança decorre da fragilidade contratual, uma vez que sua remuneração está vinculada diretamente à carga horária executada. Em períodos sem aulas, não há remuneração, o que obriga o docente a buscar constantemente alternativas para sua subsistência. Além disso, entre os professores temporários, há disparidades remuneratórias importantes também decorrente da formação, conforme destacam Nominato e Brito (2023) e Klein (2025). Isso ocorre porque o processo seletivo permite que pessoas sem licenciatura — como acadêmicos ou bacharéis de áreas específicas ou técnicas — participem dos processos seletivos. Observando os valores por hora aula previstos nos editais de 2014 e 2025, ainda que exista atualização nos valores nominais, o congelamento da remuneração em valores reais é explícita, conforme dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Valor da hora aula de professores temporários (PSS) no estado do Paraná, 2014 e 2024, valores nominais e valores reais (INPC 11/2025)

Editais	Valores Nominais			Valores reais		
	Licenciatura Plena	Licenciatura Curta	Sem licenciatura	Licenciatura Plena	Licenciatura Curta	Sem licenciatura
76/2014	13,74	10,31	9,62	25,07	18,81	17,55
73/2024	24,56	18,42	17,19	25,59	19,19	17,91

Fonte: Paraná (2014 e 2024).

Um ponto em comum que atinge toda a categoria é a inserção de remuneração variável no contexto da retribuição pelo trabalho. Esta é composta pela Gratificação Tecnológica de Ensino (GTE), pelo auxílio-transporte e pela bonificação por desempenho. Esses elementos da remuneração sofrem alterações em decorrência de mau desempenho em avaliações de larga escala, de licenças (de saúde ou para estudo), de faltas, de férias e de recessos. Tal dinâmica gera grande insegurança orçamentária na vida individual, visto que professores não podem contar com esse recurso, em diversos momentos durante o ano, inclusive em momentos de maior necessidade, como em caso de licenças para cuidar da saúde. Palú, Hess e Lourenço (2023) evidenciam que essa parcela variável da remuneração docente, ao ser comparada com o vencimento base, constitui-se como parte fundamental dos recursos recebidos pelos docentes da rede.

Intensificação do trabalho docente: controle e resultados

Finalmente, cabe ainda algumas observações sobre o contexto de intensificação do trabalho na rede estadual de ensino do Paraná. O trabalho docente, que se caracteriza pelo seu caráter subjetivo e complexo (Fanfani, 2021), vem sofrendo com processos burocratizadores. O fenômeno crescente de plataformização tem, entre suas consequências, o controle do trabalho docente e a premissa de melhorar resultados. Nesta seção, abordaremos como esse processo causa uma intensificação do trabalho docente aumentando a sua precarização.

A partir do contexto da pandemia de COVID-19, o Paraná passou a investir na plataformização da educação (Machado; Muller, 2025); ainda durante a pandemia o estado contratou a Plataforma do *Google Meet* para a adaptação de aulas *online*, a partir daí outros

contratos se efetivaram com aplicações para diferentes disciplinas e atividades: Inglês Paraná, Leia Paraná, Kan Academi, Redação Paraná, Quizzis, entre outras.

Segundo Mendes e Oliveira (2023), o governo paranaense passou a usar as plataformas não como ferramentas pedagógicas, auxiliaadoras do processo de ensino e aprendizagem, mas como um meio de padronizar a educação. Os autores apontam o uso compulsório das plataformas, através de resoluções internas que obrigam os docentes a utilizarem de forma cotidiana, por exemplo há definições de número mínimo de atividades a serem realizadas pelos estudantes nas plataformas, e a conclusão de pelo menos uma redação por mês, na plataforma Redação Paraná.

A plataformização veio com a justificativa de modernização do modelo educacional, com a ênfase na melhoria do desempenho da rede estadual nas provas de larga escala, especialmente refletindo nas metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No entanto, percebe-se que tais medidas criaram um ambiente de intensificação e burocratização do trabalho docente, uma vez que o professor deve acessar cotidianamente as plataformas e realizar as atividades ali propostas.

Mendes e Oliveira (2023) exemplificam a política de controle e melhoria do desempenho a partir da criação da Prova Paraná, cujo objetivo é classificar as unidades do estado criando um ranqueamento entre as escolas do estado. Machado e Muller (2025) analisam que essa perspectiva de atrelar bonificações ao acesso e realização de atividades nas plataformas materializam o controle do privado sobre a educação, engendrando a lógica mercantilista e meritocrática na educação pública. Nesse aspecto se evidencia o controle do trabalho através de uma racionalidade externa, aquela que tradicionalmente conecta a atividade de ensino aprendizagem mediada pela autonomia docente.

Para os autores supracitados, a dinâmica posta pela plataformização da educação causa um esvaziamento do saber pedagógico, ao transformar o docente em um realizador de tarefas. Ao se tornar um operador tecnológico, o docente rompe seu vínculo com seus estudantes, desumanizando as relações em sala de aula e automatizando o processo de “ensino e aprendizagem”.

Uma das formas de fiscalização, criada pelo estado Paraná, foi a criação de cargos descritos como “Embaixador”, “Tutor”, e “Preposto”, essas funções reinventam funções de controle com ênfase no acompanhamento e fiscalização da implementação e realização das atividades nas plataformas. Dessa forma, o estado acompanha e cobra que os docentes sigam à risca os programas propostos, além disso esses profissionais são responsáveis pela formação dos docentes, enfatizando seu aspecto técnico e burocrático (Machado; Muller, 2025).

Além desses profissionais, designados pela Secretaria de Educação para realizar essa fiscalização, Mendes e Oliveira (2023) identificam mudanças no papel dos gestores, que tem, entre outras funções, realizar observação em sala de aula, acompanhamento da frequência escolar e fiscalização da produção na Plataforma Redação Paraná, caso haja negligência dos diretores no acompanhamento dessas ações em cada escola, estes podem perder o cargo.

Outro ponto a se destacar sobre o processo de plataformização da educação é a sobrecarga de trabalho e a falta de formação para sua utilização, o que, segundo Machado e Muller (2025), tem sido causa de grande adoecimento da categoria nos últimos anos. Da

mesma forma, Mendes e Oliveira (2023) constataram que o uso excessivo das plataformas criou um ambiente mais estressante para os docentes.

Em entrevista com dirigentes da APP-Sindicato esse processo altamente competitivo foi bastante destacado e um elemento muito revelador da lógica gerencialista é destacado. Segundo a entidade que representa a categoria não há, na legislação que regula o trabalho docente, metas sobre o uso de plataformas, porém essas metas estão explícitas na legislação que regula a função de diretor de escola. O trecho a seguir expressa bem o contexto de tensão e pressão sobre as escolas:

Ele (o diretor) esfola o grupo para poder bater a meta. Está na lei de diretores que o diretor da minha escola tem metas. Os estudantes têm uma plataforma da Redação Paraná. Todo estudante tem que fazer uma redação Paraná por mês. De toda a escola, todo mundo. Aí, eu professor de Português não fiz. Vai aparecer lá na plataforma - porque agora nos Núcleos Regionais de Ensino (NRE) e na SEED tem mais gente cuidando de monitorar plataforma do que de formular política. Então tem a tutora da escola, você, está responsável por monitorar a escola X. Todo dia você abre lá o sistema de informação, e você olha: 'Nossa, olha está vermelho aqui porque faltou aluno hoje; está vermelho porque a professora de Inglês...' Eles têm todos os nossos horários já cruzados, porque a chamada é online, o registro de ponto é online, tudo é online, então ela fala: 'Hum, a professora X entrou, ela deveria ter feito o *quiz* com o aluno hoje e não fez. Está vermelho aqui. Ou nem devolveram'. Aí ela liga para a equipe pedagógica da escola, para direção da escola e fala: 'Tua escola hoje está vermelho nisso, nisso e nisso, se vira pra isso aqui ficar verde'. E aí vai. Aí eu me nego a usar a plataforma. Aí tem uma embaixadora. Que é uma pessoa da rede que está no NRE. Então tem a embaixadora da Plataforma de Inglês que está lá para ir às escolas convencer as pessoas a usarem a plataforma. Então se eu me nego, ela vai sentar comigo e perguntar: 'Por que você não quer? Olha como ela é, olha aí'. Para mim ela vai fazer esse trabalho. Para o diretor ela vai dizer: 'Se você não bater a meta, está fora no próximo mês'. Está na lei, tem uns termos genéricos do tipo: 'Não alcançou os resultados educacionais exigidos pela Secretaria' (Entrevista concedida ao grupo de pesquisa, 2023).

Essa dimensão de intensificação de pressão por resultados é importante para contextualizar a desconstrução das condições de trabalho na rede estadual do Paraná e evidencia a complexidade e a contradição entre a busca por resultados e a exploração do trabalho docente, entretanto certamente não é possível, no espaço de um artigo, aprofundar o conjunto de questões que decorrem desse processo.

Considerações finais

O contexto de dificuldades dos professores rede estadual do Paraná insere-se em um campo de disputas em que a racionalidade neoliberal tem operado de forma consistente. Ainda que no contexto nacional se possa identificar avanços na legislação de proteção ao trabalho docente, no caso estadual as alterações legislativas, na carreira, aumento de professores temporários, novas formas de contratação, complexificam as disputas das políticas educacionais locais.

O embaraço entre o público e o privado, presente nas políticas paranaenses para a educação, aponta para a responsabilização dos sujeitos e uma segmentação do sistema de ensino, em que, sob a promessa de escolha, subverte-se a perspectiva de igualdade de condições de oferta na educação pública, simulando um mercado competitivo. Tal visão

contrasta com um projeto de escola pública coletiva, com condições equânimes, para todas as pessoas.

Os professores estão no centro desse processo de segmentação da rede pública. A transformação da composição do quadro profissional da rede estadual, implicam perdas de remuneração e de condições de trabalho, que afetam a qualidade da escola e a qualidade de vida dos docentes. O caso paranaense evidencia que o princípio de valorização do magistério precisa ser retomado no contexto subnacional de forma urgente.

Referências

BECHI, D.; FÁVERO, A. A.; ALMEIDA, M. de L. P. de. Racionalidade neoliberal e trabalho docente: interferência da cultura performativa nas condições de trabalho de professores e professoras. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 38, 2023.

BROWN, W. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, C.; OLIVERIA, J.; MELO, M. **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Pernambuco: Seriguela, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ELACQUA, G.; MOTTA, L.; MORALES, C. **Professores Temporários na América Latina e no Caribe**. Nota técnica do BID; 3131. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/publications/portuguese/viewer/Professores-temporarios-na-America-Latina-e-no-Caribe.pdf> Acesso em 09 de março de 2026.

FANFANI, E. T. **La escuela bajo sospecha: sociología progresista y crítica para pensar la educación para todos**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editora Siglo XXI, 2021.

FELDMAN, A; ALVES, C. A. S. A política de contratação de professores temporários em Portel (PA). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 559-579, maio 2020.

FONSECA, M. G. O.; RUPPEL, J. F.; LIMA, M. F. A privatização da Educação paranaense: Projeto Parceiro da Escola. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 17, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692023000100118&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 dez. 2025.

GOLDSTEIN, D. **The teacher wars**. New York: Anchor Books, 2014.

GONÇALVES DA SILVA, N. A; CAROLEI, P. Plataformização da Educação Pública: Desafios para autonomia docente e inclusão discente. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 8, n. 4, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/84769> Acesso em: 09 mar. 2026.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HESS, D. S. **Valorização docente e mudanças legislativas na rede estadual de ensino do paraná: implicações para professores efetivos e temporários**. 2025. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

MACHADO, D.; MULLER, R. R. Entre plataformas e bonificações: a racionalidade gerencial da educação no Paraná. **Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 9, n. 2, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/10209> Acesso em: 09 mar. 2026.

MENDES, A. A. P.; OLIVEIRA, M. M. F. O uso compulsório de plataformas digitais de aprendizagem em sala de aula na educação básica pública do estado do Paraná- Brasil. **Revista Interações**, n 64, p 1-25, 2023. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/30676>. Acesso em: 09 mar. 2026.

NOMINATO, J. C. S.; BRITO, E. O. Trabalho docente precarizado no magistério público estadual do Paraná: a intensificação laboral antes e durante a pandemia da covid-19. **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/9794> Acesso em: 09 mar. 2026.

OLIVEIRA, D. A. A profissão docente no contexto da Nova Gestão Pública no Brasil. In: OLIVEIRA, D. A. et al. **Políticas Educacionais e a reestruturação da Profissão do Educador**: perspectivas globais e comparativas. Petrópolis: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, D. A. Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/7mvbY5JgtLcBPHGttv6bgtg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2026.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. **Os sentidos da Democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PALÚ, A. E. R.; HESS, D. S.; LOURENÇO, M. R. Composição da Remuneração dos Professores da Rede Estadual do Paraná: impactos da fixação do auxílio transporte. In: ENCONTRO FINEDUCA, 11., 2023. In: **Anais [...]**. Curitiba: Editora, FINEDUCA, 2023. p. 34-38. Disponível em: <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Eixo-3-Planos-de-Carreira-e-Remuneracao-de-Professores.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2026.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 47/2020 – GS/SEED**. Torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS), visando à contratação temporária para o exercício das funções de Professor e de Professor Pedagogo, de acordo com as normas instituídas neste Edital. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Editais-PSS-Anteriores>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital N.º 73/2024 – GS/SEED**. Torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS), visando à contratação temporária para o exercício das funções de Professor e de Professor Pedagogo, de acordo com as normas instituídas neste Edital. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Editais-PSS-Anteriores>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SANTOS, J. B. S. **Uma perspectiva da precarização dos professores temporários da educação básica no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SEKI, A et al. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 942-959, set. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092017000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2026.

SILVA, J. R. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 83-101, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1662>. Acesso em: 9 dez. 2025.

SILVA, M. Q. Contratos temporários e remuneração dos profissionais do magistério na rede estadual da Paraíba: reflexões e consequências para a classe trabalhadora. **Educar em Revista**, v. 41, 2025. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/fmvGmqskNRQJLTD6fWsXdXF/?lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2026.

SUPIOT, A. **Crítica do direito do trabalho**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

Andréa Barbosa Gouveia é professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, na área de concentração Estado, Sociedade e Educação. Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná onde atua no Núcleo de pesquisa em Políticas Educacionais (NUPE). É professora do curso de Pedagogia. Está credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR na linha de pesquisa em Políticas Educacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8260-2720>

E-mail: andreabg@ufpr.br

Daniel Hess possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Paraná, concluída em 2016. Especialista em Educação Especial pela Universidade do Norte do Paraná e em Gestão Escolar pela Faculdade Futura, ambas concluídas em 2018. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutorando pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, atua como professor na rede municipal de ensino de São José dos Pinhais, dedicando-se ao ensino e contribuindo para o desenvolvimento de atividades relevantes, como projetos pedagógicos, inclusão escolar, gestão de sala de aula, etc.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4863-9401>

E-mail: dshess91@gmail.com

Recebido em 27 de dezembro de 2025

Aprovado em 06 de março de 2026

Editora responsável: Theresa Adrião

